5 — São condições de admissão:

a) Requisitos gerais — possuir os requisitos definidos no artigo 29.º, alíneas a) a f) do n.º 2 do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;

b) Requisitos especiais — os constantes da alínea a) do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro.

6 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento, dirigido ao presidente da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, o qual, bem como a documentação que o deva acompanhar poderá ser entregue pessoalmente nesta Câmara Municipal ou remetido pelo correio, com aviso de recepção, expedido até ao termo do prazo fixado, requerimento no qual deverão constar os seguintes elementos:

a) Identificação completa (nome, filiação, naturalidade, data de nascimento, número, data e validade do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, número de contribuinte e residência);

b) Habilitações literárias e profissionais;

c) Identificação da categoria, natureza do vínculo, bem como menção ao lugar a que se concorre e *Diário da República* em que o presente aviso foi publicado;

d) Classificação de serviço nos últimos três anos.

7 — Os requerimentos deverão ser acompanhados dos seguintes documentos:

a) Que especificuem as situações referidas nas alíneas c) e d) do número anterior;

b) Certificado de habilitações literárias;

c) Documentos comprovativos dos demais requisitos mencionados na alínea a) do n.º 5 do presente aviso.

8 — Os candidatos que sejam funcionários da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo serão dispensados da apresentação dos documentos que constem dos seus processos individuais.

9 — Será ainda dispensada a apresentação dos documentos comprovativos dos requisitos referidos na alínea c) do n.º 7 do presente aviso, desde que os candidatos declarem, no requerimento, em alíneas separadas e sob compromisso de honra, a situação precisa em que se encontram, relativamente a cada um desses requisitos.

10 — Os métodos de selecção constarão de avaliação curricular.

10.1 — A avaliação curricular (AC) será pontuada de 0 a 20 valores e destina-se a avaliar as aptidões profissionais dos candidatos para o exercício da função, sendo efectuada de acordo com a seguinte fórmula:

$$AC = (2,0 \times CS) + (3 \times HL) + (3,5 \times EP) + (1,5 \times FPC)/10$$

As regras a observar na valorização dos diversos factores de avaliação curricular são as seguintes:

a) Classificação de serviço (CS) — na determinação deste factor será considerada a média das classificações obtidas nos anos relevantes para efeito de admissão a concurso;

b) Habilitações académicas de base (HL) — sendo ponderado o nível académico ou a sua equiparação legalmente reconhecida;

c) Experiência profissional (EP) — na experiência profissional será ponderado o desempenho efectivo de funções;

d) Formação profissional complementar (FPC) — na formação profissional serão ponderadas as acções de formação e aperfeiçoamento profissional, em especial as relacionadas com a área funcional do lugar posto a concurso.

11 — A relação dos candidatos admitidos ao concurso, bem como a lista de classificação final dos concorrentes, serão afixadas, para consulta, no Edifício dos Paços do Concelho ou enviadas para publicação no *Diário da República*, 2.ª série, de acordo com as situações previstas nos artigos 34.º e 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

12 — O júri do concurso tem a seguinte composição:

Presidente — António Joaquim da Silva Danado, vereador.

1.º vogal efectivo — Francisco José Tomás Catarro, chefe da Divisão Jurídica e de Pessoal.

2.º vogal efectivo — Viriato António Cabido dos Santos, chefe de secção.

1.º vogal suplente — Hortênsia dos Anjos Chegado Menino, vereadora.

2.º vogal suplente — Maria Aurora de Oliveira Corado Barroso, assistente administrativo especialista.

O presidente do júri será substituído, nas suas faltas e impedimentos, pelo 1.º vogal efectivo.

13 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando, escrupulosamente, no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

1 de Agosto de 2006. — O Vice-Presidente da Câmara, *António Joaquim da Silva Danado*.
1000304894

Aviso

Nomeação de pessoal dirigente

Para os devidos efeitos se faz público que, por meu despacho de 3 de Julho de 2006, ao abrigo do disposto na parte final da alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, e fazendo uso da competência que me é conferida pelo n.º 3 do artigo 19.º do mesmo diploma, em leitura conjugada com o artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho, nomeio, para o exercício das funções de chefe da Divisão Jurídica e de Pessoal, o técnico superior do quadro privativo desta Câmara Municipal, Dr. Francisco José Tomás Catarro.

O exercício das referidas funções será realizado em regime de comissão de serviço e pelo tempo ainda em falta até completar o módulo de tempo da anterior comissão de serviço (que vinha sendo cumprido no exercício das funções de chefe da Divisão Administrativa e Financeira, da anterior estrutura orgânica), renovando-se no seu termo, tal como previsto no artigo 9.º-B do Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, e nos artigos 23.º e 24.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro.

O presente despacho de nomeação produz efeitos desde o dia 30 de Junho de 2006.

28 de Julho de 2006. — O Vice-Presidente da Câmara, *António Joaquim da Silva Danado*.
1000304898

CÂMARA MUNICIPAL DE ODEMIRA

Aviso

Renovação de pessoal contratado a termo resolutivo certo

Para os devidos efeitos se torna público que foram renovados, nos termos do n.º 1 do artigo 139.º, conjugado com o n.º 2 do artigo 140.º do Código do Trabalho, os contratos de trabalho celebrados com os trabalhadores abaixo mencionados:

Dora Paula Guerreiro da Conceição, técnica superior (licenciada em Direito), renovado por mais um ano, a partir de 7 de Agosto de 2006.

Filipa Margarida S. Bárbara Caracóis, técnica profissional de biblioteca e documentação, renovado por mais um ano, a partir de 31 de Agosto de 2006.

Gilberto Pedro Jesus Candeias, técnico profissional de biblioteca e documentação, renovado por mais um ano, a partir de 31 de Agosto de 2006.

Tânia Madalena A. Pina das Neves, técnica profissional de biblioteca e documentação, renovado por mais um ano, a partir de 31 de Agosto de 2006.

27 de Julho de 2006. — O Presidente da Câmara, *António Manuel Camilo Coelho*.
1000304893

CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS

Aviso n.º 55/2006

Regresso ao serviço, após licença de longa duração, de Isabel Maria H. R. S. Leão

Faz-se público que, por despacho do presidente da Câmara de 14 de Agosto de 2006, foi nomeada, ao abrigo do n.º 1 do artigo 82.º do